

25 a 27 de maio de 2010 – Facom-UFBA – Salvador-Bahia-Brasil

PROGRAMA CULTURA VIVA: TRAJETÓRIA E DESAFIOS DE UMA NOVA POLÍTICA CULTURAL

Sophia Cardoso Rocha¹

Resumo: Este artigo pretende apresentar a trajetória do Programa Cultura Viva dentro do Ministério da Cultura nas gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira, destacando os seus avanços e dificuldades, que, através dos Pontos de Cultura, demonstram a tensão existente entre a sociedade civil organizada e o modelo de ação desenvolvida pelo Estado brasileiro.

Palavras-chave: Programa Cultura Viva, Projeto Ponto de Cultura, Ministério da Cultura.

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia. Graduada em Direito pela Universidade Católica do Salvador e em Produção em Comunicação e Cultura pela Faculdade de Comunicação da UFBA. Correio eletrônico: sophiacrocha@gmail.com



O Programa Cultura Viva ocupa, há alguns anos, lugar de destaque dentro da política cultural do Ministério da Cultura - MinC. Apesar de ser um programa de apenas seis anos, pode-se afirmar que ele é um dos principais responsáveis pela base social e política que o Ministério passou a construir em todo território nacional a partir das gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira.

A origem do Programa, tal qual é conhecido atualmente, não pode ser encontrada em documentos anteriores ao ano de 2004, quando a gestão Gilberto Gil completou um ano no governo Lula. Isso porque existia, em 2003, outro Projeto que absorvia as atenções do Ministério denominado “Bases de Apoio à Cultura – BACs”.

O Projeto das BACs fazia parte do Programa Cidade Aberta que, segundo Portaria nº 525, de 18 de dezembro de 2003, tinha o objetivo de:

apoiar as iniciativas culturais nas periferias das grandes cidades e no interior do Brasil (...) através do apoio institucional e técnico para o desenvolvimento de atividades culturais às comunidades locais, bem como o acesso a métodos modernos de comunicação que permitam a troca de informações e de experiências na área de cultura.

O Cidade Aberta deveria trabalhar de forma descentralizada através “de parcerias estabelecidas com governos estaduais e municipais, com empresas públicas e privadas, com associações comunitárias e outras organizações da sociedade civil” (art. 6º). Uma das etapas do Programa era a construção de espaços multiculturais com infraestrutura básica a ser replicada em alguns municípios brasileiros, que constituiriam as “Bases de Apoio à Cultura”. Para coordenar e supervisionar a elaboração do projeto arquitetônico das BACs e para cuidar de sua execução foi indicada a então Secretaria para o Desenvolvimento de Programas e Projetos Culturais, que, em 2004, após reformas organizacionais no Ministério, passou a se chamar Secretaria de Programas e Projetos Culturais – SPPC.

As diretrizes expressas nas funções e objetivos da SPPC podem ser encontradas espaçadamente no documento de campanha do Partido dos Trabalhadores - PT elaborado para as eleições presidenciais de 2002, intitulado “A Imaginação a serviço do Brasil: Programa de políticas públicas de cultura”². Tendo como referência o Programa Cidade Aberta e o Projeto Bases de Apoio à Cultura é possível aproximar as diretrizes do Programa do PT, da SPPC e do seu Programa e Projeto. Exemplo desse alinhamento está no trecho do documento (2003, p. 11) em questão:

Nos últimos anos, essas experiências [de governos petistas] têm tido um alcance nacional, a partir de vários municípios situados em todas as regiões do Brasil. Nessas políticas, a cidadania cultural, a descentralização, o acesso e a participação popular têm se revelado eficazes diante dos

² Que apesar de ter sido elaborado pelo PT, foi absorvido pela Gestão Gil, que integrava também outras forças políticas.

orçamentos reduzidos do “setor cultural”, mesmo em nossas administrações. (...) A política de formação de novos centros propulsores de arte e cultura para comunidades carentes é realidade palpável em prefeituras e estados do Brasil. São espaços alternativos que transcendem os tradicionais, cuja experiência testemunha, entre outras idéias, que Cultura não é ornamento.

A ideia das BACs é também encontrada no mesmo documento (p. 21, 2003) no item “Transversalidade das políticas de cultura”, em que propostas já são elencadas, dentre elas:

(...) estabelecer um programa de construção de centros de cultura que abram espaço para a produção e difusão da criação cultural local e, ao mesmo tempo, que possam receber de maneira adequada às diversas linguagens a produção cultural que chega de outras regiões do país.

A proposta do PT foi refletida, ainda, no discurso de Gil de 14 de maio de 2003 na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados. Na oportunidade, Gil citou a existência de um programa chamado “Refavela”:

(...) vasto programa de apoio às iniciativas culturais que nascem, e na maior parte das vezes morrem, nas periferias e no interior do nosso país, sem que o Brasil possa se dar conta de quanto talento é capaz o seu povo. É um projeto que irá ao encontro da criatividade popular não apenas para levar apoio institucional e técnico, oferecendo aos grupos locais condições reais de expressão, desenvolvimento dos talentos e métodos modernos de comunicação, mas sobretudo a troca de informações e experiências que permitirão livrá-los do anonimato e dos guetos a que estão confinados.

O Programa Refavela pode ser entendido como uma proposta transitória para a conformação do Projeto Bases de Apoio à Cultura. Mas, ele expressa, também, afinidades com o atual Programa Cultura Viva, que substituiu, em 2004, as BACs.

Todos esses documentos que tratam dos programas Cidade Aberta e Refavela traduzem a existência de um anseio no Ministério da Cultura pela criação e implementação de um programa específico, que tivesse como foco dar condições para que o público que estava “no anonimato e confinados em guetos” pudesse se expressar livremente. O projeto das BACs, que deveria dar conta dessa dimensão, ficou sob a responsabilidade da SPPC, dirigida, inicialmente, pelo antropólogo Roberto Pinho, e, após a exoneração deste, pelo historiador Célio Roberto Turino. Graduado em Ciências Sociais e mestre em História, Célio já possuía experiência em gestão pública³, e, ao assumir a SPPC, em junho de 2004, coube a ele dar continuidade à implantação das BACs, o que considerava um equívoco (2009, p.80):

Não havia conceito apenas um projeto arquitetônico de centros culturais pré-moldados. Estruturas ocas a serem oferecidas para a comunidade tomar conta. Prédios iguais em um país tão diverso? Quem pagaria a conta de luz? E a programação? Tudo com serviço voluntário? Não daria certo.

Em contrapartida ao Projeto das Bases de Apoio à Cultura, ele propôs, então, estimular as produções já existentes no país, “no lugar da estrutura para equipamentos culturais, o foco no fluxo, no *continuum*, na cultura como processo” (TURINO, 2009, p. 149). Tendo recebido o

³ Foi secretário de cultura do município de Campinas, no período de 1990 a 1992, e ex-diretor do Departamento de Programas de Lazer em São Paulo, entre 2000 e 2004.

apoio de Juca Ferreira, então secretário-executivo no MinC, o Cultura Viva foi apresentado, em seguida, ao Ministro Gilberto Gil.

A nova proposta aceita pelo Ministro possuía não apenas o diferencial ressaltado na fala de Turino, de não investir em construções de espaços físicos, mas, também, mantinha afinidades com o Programa anterior, especialmente quando da interface com as culturas digitais, e com a própria ideia do *do-in* antropológico, expresso nos discursos de Gil. Essa compreensão pode ser encontrada no trecho abaixo:

Mais que um conjunto de obras físicas e equipamentos, ele envolve a potencialização das energias criadoras do povo brasileiro. Não pode ser considerado um simples "deixar fazer", porque parte de uma instigação, uma emulação, que é o próprio *do-in* antropológico. Mas os rumos, as escolhas, as definições ao longo do processo, são livres. E os resultados, imprevisíveis. E provavelmente surpreendentes. Seu sucesso depende de interação, de troca de informações e de uma ampla distribuição de conhecimento e realização. O que acontece quando se solta uma mola comprimida? Quando se liberta um pássaro? Quando se abrem as comportas de uma represa? Veremos... (GIL, 2004)

Formalmente, o projeto da BACs foi extinto através da Portaria nº 156, de 06 de julho de 2004, que criou o Programa Cultura Viva e revogou a Portaria nº 525, de 18/12/2003. Dez dias após a Portaria nº 156/04 entrar em vigor, foi publicado o primeiro edital do Cultura Viva, que se propunha a selecionar Pontos de Cultura de qualquer lugar do Brasil.

O Programa Cultura Viva e a Secretaria de Cidadania Cultural

Em abril de 2009, cinco anos após a criação do Cultura Viva, a Secretaria de Programas e Projetos Culturais passou a se chamar “Secretaria de Cidadania Cultural - SCC”⁴, nome que reflete o desenvolvimento do Programa Cultura Viva e do Projeto Ponto de Cultura.

O Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva foi criado com o intuito de democratizar a produção e o acesso de bens culturais. Para tanto, ele integra Pontos de Cultura que devem articular outras Ações do Programa – Cultura Digital, Griô, Ludicidade, Escola Viva, etc. Em resumo, o Ponto de Cultura funciona através de edital público, a partir do qual as instituições selecionadas passam a receber durante três anos consecutivos uma verba para darem continuidade às ações culturais que vinham realizando em suas comunidades. Essas instituições recebem o título de Pontos de Cultura e passam a integrar uma rede cooperativa, em que conhecimentos e informações devem ser compartilhados.

A trajetória desse Programa dentro do Ministério pode comprovar que ele é uma das principais políticas culturais no Governo Lula. Em termos orçamentários, por exemplo, a SCC aumentou consideravelmente sua participação no MinC.

Em 2004, ano de sua criação, o programa detinha o segundo menor orçamento dentre os programas do Ministério, ficando a frente apenas do Programa Cultura e Tradições: Memória Viva, uma iniciativa realizada apenas no ano de 2004. Em 2008, o programa Cultura Viva passou

⁴ Decreto nº 6.835, de 30 de abril de 2009.

a ser o terceiro programa de maior investimento de recursos orçamentários do Ministério, sem considerar suas ações administrativas, de recursos humanos ou previdência (VILITUS, 2009, p. 62).

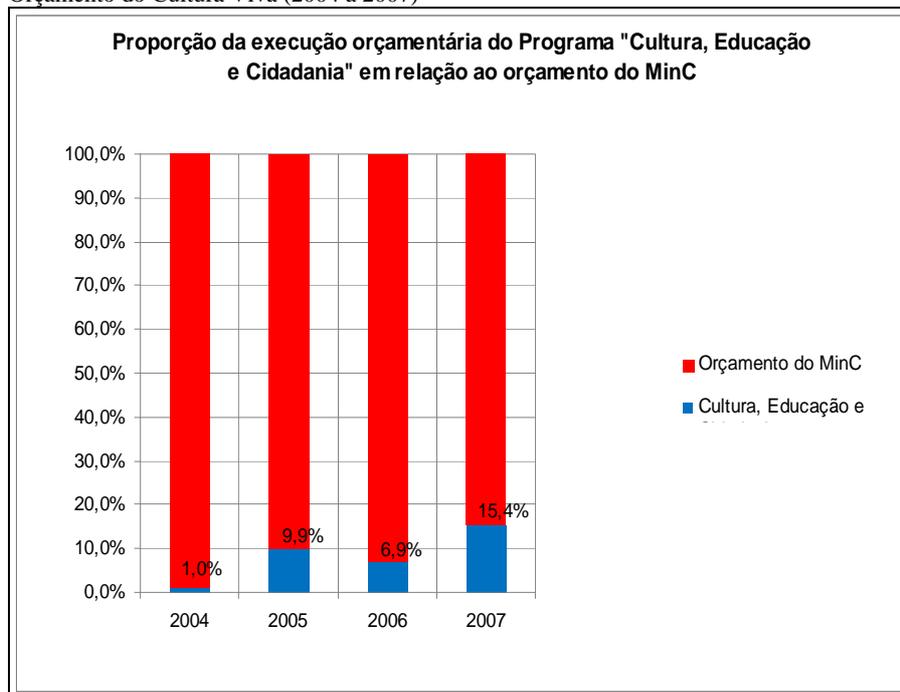
Em 2004, quando o Programa Cultura Viva foi implementado, seu orçamento era de 1% do total do Ministério. Já em 2007, esse número subiu para 15,4% (gráficos 1 e 2).

Gráfico 1 – Orçamento do Cultura Viva (2004 e 2007)



Fonte: Ministério da Cultura/Diretoria de Gestão Estratégica/Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI/Banco de Dados GPS/DGE

Gráfico 2 – Orçamento do Cultura Viva (2004 a 2007)



Fonte: Ministério da Cultura/Diretoria de Gestão Estratégica/Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI/Banco de Dados GPS/DGE

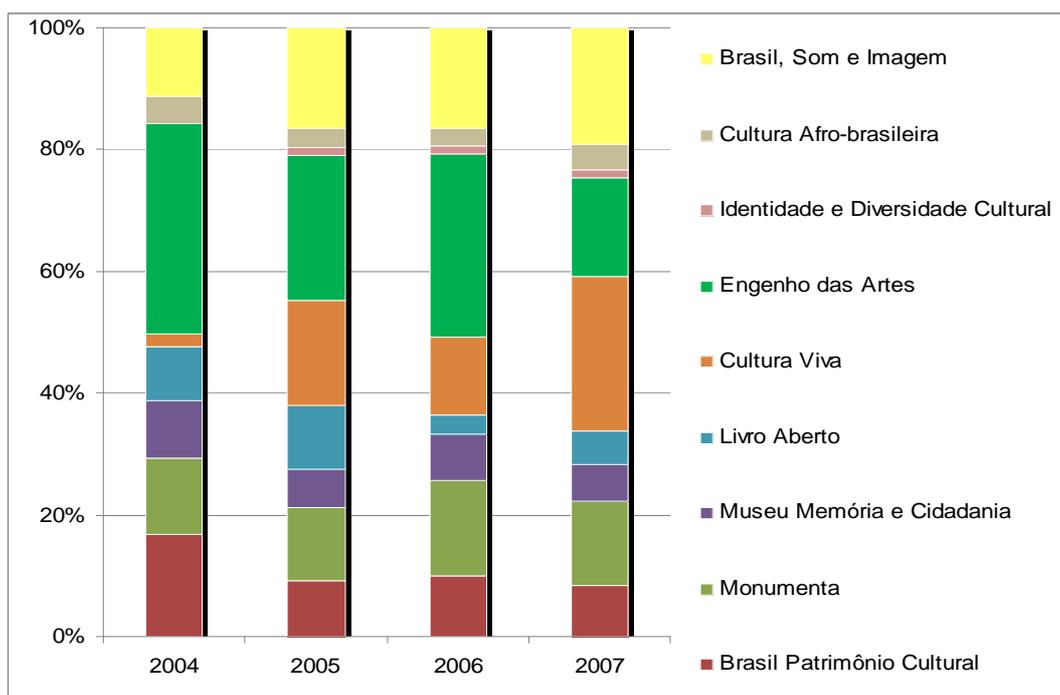
Comparativamente a outros Programas do Ministério, o orçamento do Cultura Viva também apresenta vantagem, conforme tabela e gráfico abaixo.

Tabela 1 - Execução orçamentária de parte dos programas do MinC (2004-2007)

PROGRAMA	Órgão Responsável	2004 (R\$ mil)	2005 (R\$ mil)	2006 (R\$ mil)	2007 (R\$ mil)
Brasil Patrimônio Cultural	IPHAN	30.323,1	28.370,8	35.450,2	42.018,4
Monumenta	IPHAN	22.650,3	37.880,4	56.282,5	69.415,7
Museu Memória e Cidadania	IPHAN	16.865,6	20.339,1	26.956,5	28.830,7
Livro Aberto	FBN	15.857,6	32.842,9	11.306,3	27.644,9
Cultura Viva	SCC	4.073,7	53.822,4	45.621,4	126.600,1
Engenho das Artes	FUNARTE	62.344,9	74.603,6	107.393,6	81.357,9
Identidade e Diversidade Cultural	SID	0,0	4.411,5	4.357,1	6.021,0
Cultura Afro-Brasileira	FCP	8.132,4	9.385,5	10.754,4	20.445,1
Brasil, Som e Imagem (1)	SAV	20.107,2	51.939,5	58.665,6	95.816,9
Total		180.354,8	313.595,7	356.787,6	498.150,7

(1) Engloba valores do programa Cinema, Som e Vídeo (de 1995 a 2005)/
Fonte: Siafi/Banco de Dados GPS/DGE

Gráfico 3 – Execução orçamentária de parte dos programas do MinC (2004-2007)



Esse crescimento tem várias explicações. Com o Cultura Viva, o MinC pôde descentralizar territorialmente sua atuação: “A institucionalização do ministério se consolida com sua atuação cada vez mais nacional, através de inúmeros projetos, com destaque para os Pontos de Cultura, (...)” (RUBIM, 2007). Além disso, o Ministério passou a se aproximar de segmentos culturais que até então permaneciam afastados das políticas culturais. Para a professora e antropóloga Maria Lúcia Montes (2009, p. 86), o Programa possui, principalmente, a aspiração de atuar firmemente na relação Estado-sociedade civil:

Moldar o Estado à imagem do povo significa criar políticas públicas, programas de governo e formas de gestão que estejam mais próximas da experiência cotidiana de vida daqueles aos quais se destinam essas ações, e o Programa Cultura Viva tem essa ambição.

Um dos principais aspectos do Projeto Ponto de Cultura é que ele integra segmentos da sociedade civil brasileira que nunca havia sido beneficiada com políticas culturais. Instituições que, até o governo Lula, não eram alvo dos programas governamentais para a cultura, passaram a se relacionar diretamente com o poder público sob os princípios de “autonomia, protagonismo e empoderamento”.

Autonomia se traduz pelo respeito à dinâmica local, um processo de modificação das relações de poder; o protagonismo diz respeito aos atores sociais se assumirem enquanto sujeitos de suas práticas e ao reconhecimento de que todos os grupos sociais, independentemente de suas origens, produzem conhecimentos e linguagem simbólica esteticamente elaborada; o empoderamento evoca o reconhecimento e a afirmação pelo qual os sujeitos transformam as relações econômicas e de poder. (DOUNIS, LABREA, RANGEL, 2009, p. 15)

Comunidades indígenas, maracatus, rádios comunitárias, associações de capoeira, terreiros de candomblé, fanfarras, grupos de teatro, associações de pescadores, escolas comunitárias passaram, em boa parte, a utilizar pela primeira vez uma verba pública da Cultura. O governo chancelou, assim, expressões culturais, e, numa mão-dupla, também passou a ser legitimado por essas. Entidades como o Terreiro da Casa Branca (BA), o Centro de Teatro do Oprimido (RJ), o Maracatu Estrela de Ouro (PE), e a Aldeia Apiwtxa (AC) passaram a proporcionar uma base social e política importante para a atuação do Ministério e do próprio governo federal. “Renegados pela mundialização, esses movimentos são interlocutores infinitivamente mais legítimos na busca de uma solução progressista para problemas sociais brasileiros (...)” (GOMOR DOS SANTOS, 2009, p. 73). Nessa discussão, vale lembrar que a sociedade civil brasileira, assim como o Estado, não pode ser entendida como grupo uniforme, ou como expoente da virtude.

Como muitos autores têm assinalado, em interpretações diferenciadas, o autoritarismo está impregnado na sociedade brasileira, dada a sua estrutura desigual e elitista (FERNANDES, 1975; COUTINHO, 2000 e CHAUI, 2000). Este elitismo se expressa, em um plano macro-social, no desconhecimento, perseguição e aniquilamento de culturas e na exclusão cultural a que é submetida parte significativa da população. Ele está entranhado em quase todos os poros da sociedade brasileira (RUBIM, 2007, p. 5 e 6).

O Projeto, portanto, atua numa complexa relação entre Estado e sociedade civil. O Ministério defende, por exemplo, que neste Projeto a comunidade tem liberdade para elaborar e executar o projeto de acordo com sua vontade:

No lugar de impor uma programação cultural ou chamar os grupos culturais para dizerem o que querem (ou necessitam), perguntamos como querem. (...) Invertemos a forma de abordagem dos grupos sociais e o Ministério da Cultura disse quanto podia oferecer e os proponentes definiam, a partir de seu ponto de vista e de suas necessidades, como aplicariam os recursos (TURINO, 2009, p. 63 e 64).

Ocorre que, na prática, as organizações culturais não possuem tanta liberdade assim. Não porque o MinC indique o que deve ser feito, mas porque o modelo de ação do Estado brasileiro é inadequado a esse Programa, o que acaba por reproduzir nos entraves e problemas essa inadequação. Segundo documento produzido pela Comissão Nacional de Pontos de Cultura⁵, apresentada no I Fórum Nacional de Pontos de Cultura de 2007⁶: “O Cultura Viva possui muitos méritos em sua concepção, mas tem problemas na operacionalização, pois há grande dificuldade do Estado em acompanhar a ação democrática do Programa”. Esses problemas podem ser encontrados em vários momentos. Alguns deles podem ser encontrados na “Síntese das Cartas aos Pontos de Cultura elaboradas nos Encontros Preparatórios da Teia 2007”, organizada pelo Instituto Paulo Freire. Nesse documento, distribuído no Encontro Nacional de Pontos de Cultura, ocorrido em Belo Horizonte/MG, consta uma série de reivindicações e indicações dos problemas enfrentados pelos Pontos, tais como: “Planilhas orçamentárias que apesar de aprovados pelo MinC na seleção e conveniamento dos projetos foram constadas posteriormente pela SPPC como em desacordo com a Instrução Normativa 01/97”; “alta rotatividade e número reduzido de funcionários na SPPC”; “grande dificuldade da máquina estatal em acompanhar e operacionalizar a complexidade do processo de prestação de contas”; “atraso na liberação e no pagamento das parcelas do convênio”; “falta de assessoria permanente do MinC na gestão financeira”; “falta de instrumentos jurídicos específicos para a gestão dos convênios do MinC com os Pontos de Cultura”. Há ainda muitos outros aspectos que precisam ser revistos: o pagamento pela compra de qualquer objeto ou pela contratação de um serviço só pode ser feito mediante cheque administrativo, a verificação do cumprimento dos objetivos propostos no projeto é feito quase unicamente através das prestações de contas e do envio dos relatórios das atividades (o que não é suficiente para avaliar a atuação de um Ponto de Cultura⁷), há impossibilidade legal da contratação de contadores, advogados, administradores,

⁵ A Comissão é a instância permanente de atuação e representação político-cultural dos Pontos de Cultura.

⁶ O Fórum reúne representantes dos Pontos de Cultura. As reuniões costumam ser realizadas nos Encontros Nacionais de Pontos de Cultura – TEIA.

⁷ Há registro, por exemplo, de um Ponto que apresentou todas as prestações de contas, participou dos encontros promovidos pelo MinC, e comprovou a realização das suas atividades através de relatórios. Porém, através de denúncia, foi verificado que após os três anos de projeto, vários equipamentos encontravam-se na residência do presidente da associação, as vestimentas e instrumentos da fanfarra ainda estavam sem uso, e a biblioteca se resumia a um pequeno armário trancado.

enfim, qualquer função administrativa que possa auxiliar na gestão dos projetos⁸, sem esquecer a exigência do Ponto de Cultura apresentar uma contrapartida no valor de 20% do total recebido, o que é, em boa parte dos casos, incompatível com a sua realidade financeira. O resultado dessa inadequação foram prestações de contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União-TCU, atrasos no repasse das verbas e paralisações das atividades dos Pontos. Segundo levantamento da Comissão Nacional dos Pontos de Cultura divulgada na Teia de 2007, “cerca de 90% dos PC’s enfrentam algum tipo de problema”.

A pesada ordem burocrática e o excessivo rigor formal demonstram que a administração pública brasileira não foi feita para ser compreendida por sua população. Segundo Marilena Chauí: “(...) a tarefa da lei é a conservação de privilégios e o exercício da repressão. Por este motivo, as leis aparecem como inócuas, inúteis ou incompreensíveis, feitas para serem transgredidas e não para serem transformadas” (2007, p.55).

Aparentemente, poderia ser dito que os problemas do Cultura Viva são decorrentes da não profissionalização das instituições envolvidas no Programa. Apesar de ter dentre seus beneficiários Organizações Não-Governamentais (ONGs) que possuem qualificação técnica para operacionalizar recursos públicos, ou ainda a presença de sindicatos e organizações estudantis (União Nacional dos Estudantes), que também travaram ao longo dos anos uma relação com o Estado, é preciso lembrar que a maior parte dos Pontos de Cultura são instituições que estavam afastadas do poder público e, portanto, desconhecem “as regras do jogo”. Porém, a incapacidade técnica das instituições não é suficiente para explicar o motivo dos entraves do Programa. A resposta poderia ser, justamente, a inversa: por não terem sido objeto de políticas culturais que as colocassem como protagonistas, é que elas não estão aptas a conhecer as regras do Estado. Essa proposição poderia acusar uma parte do problema. Mas a questão é ainda maior e mais profunda porque não pode ser solucionada através de ações pontuais, nem mesmo no campo da gestão.

Se quisermos, *grosso modo*, um Estado para proteger o mercado e para alocar recursos, podemos pensar em reformá-lo a partir de ótica predominantemente “gerencial”, mais concentrada em custos e números (orçamentos, funcionários, órgãos e organizações). Se, em vez disso, desejarmos um Estado para a sociedade civil –, não teremos como deixar de pensar em uma reforma de natureza qualitativa, democrática, fortemente concentrada nas finalidades e na dimensão ética do Estado (NOGUEIRA, 2005, p. 87-88).

Independente de todas as dificuldades, o Cultura Viva foi um dos programas de maior crescimento dentro do Ministério (ver gráfico 3). O reflexo desse investimento pode ser observado na quantidade de editais e prêmios lançados através do Cultura Viva. Ao longo de seis anos, foram publicados cinco editais para selecionar Pontos ou Pontões de Cultura, dois editais Griô (2006 e 2008), além dos prêmios Cultura Viva (duas edições), Cultura e Saúde (em

⁸ Essa proibição deve-se ao fato do Programa ser vinculado ao Fundo Nacional de Cultura, no qual a verba sai diretamente do orçamento público, e há restrições para o pagamento de prestadores de serviço citados anteriormente. Vale lembrar que isso não acontece no mecenato. Neste caso, os projetos que são financiados através da isenção de imposto, podem incluir estes tipos de despesas no orçamento

parceria com o Ministério da Saúde), Interações Estéticas/Residências Artísticas em Pontos de Cultura, Ludicidade/Pontinhos de Cultura, e Prêmio Asas. Boa parte desses novos editais e prêmios passaram a ser financiados através do Programa Mais Cultura, criado em 2007 através da Secretaria de Articulação Institucional. Para se ter uma ideia, em 2007 o Cultura Viva consumia 15,4% do orçamento do Ministério (IPEA, 2009, p.533) e contava com aproximadamente oitocentos Pontos de Cultura. No ano seguinte, quando passou a ser estadualizado a partir de convênios entre estados e União, o número de projetos aumentou para aproximadamente dois mil.

Desde que foi inaugurado, em outubro de 2007, o Programa Nacional de Aceleração do Crescimento do setor cultural [Mais Cultura] aplicou nos Pontos de Cultura, entre editais, prêmios e concursos o montante de R\$ 111,2 milhões que representam aproximadamente 49% da verba aplicada pelo programa em 2008, que foi de R\$ 223 milhões (MARQUES, 2009, p. 48).

De acordo com o Ministério da Cultura, no seu Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011, referente ao ano de 2008, o Programa Cultura Viva apoiou até 2008 2.466 projetos: 575 Pontos de Cultura, 71 Pontões e 1.820 Pontos de Cultura criados por meio de convênios com estados e municípios. Segundo o mesmo documento, através do Mais Cultura, a programação orçamentária do Cultura Viva atingiu R\$108.113.000,00 na Lei Orçamentária Anual – LOA/2009, lembrando que, em 2004, a dotação inicial do Programa era de R\$2.191.168,00, o que representa um aumento de quase cinco mil por cento.

Todo esse crescimento reflete que há um interesse do Ministério em investir no Programa Cultura Viva, ainda que haja tantos desafios que não poderão ser enfrentados apenas no campo da gestão. Independente da vontade do dirigente, da qualidade do corpo de funcionários, da condução dos processos administrativos, nada disso funciona se o Estado não reconhece as singularidades que integram a sociedade civil. E, nesse Programa, isso fica claro. Ao propor uma política cultural democrática, que atua tendo como norte o respeito e a promoção da diversidade cultural, o Ministério da Cultura provoca uma nova cultura política, que se encontra com o

(...) conceito gramsciano de hegemonia, definido como (uma nova) direção moral e intelectual da sociedade que será preciso construir, para restituir aos subalternos a legitimidade de suas criações culturais fundadas em tradições milenares e, ao mesmo tempo, garantir-lhes o acesso aos benefícios sociais da modernidade do qual foram excluídos por processos igualmente milenares de marginalização social (MONTES, 2009, p. 82).

Não é suficiente, então, lutar pelo aumento do orçamento, redução da concentração de recursos em algumas áreas e regiões, investimento no quadro de funcionários. É preciso, fundamentalmente, rever o papel do Estado na elaboração e execução de políticas públicas de cultura.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Portaria nº 156**, de 6 de julho de 2004, que dispõe sobre a criação do Programa Cultura Viva. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 6 jul. 2004. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/cultura_viva/catalogo/cat17.php> Acesso em: 24 de fevereiro de 2010

_____. Ministério da Cultura. **Execução orçamentária por programa (1995-2006)**. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/gestao-cultural/dados-do-orcamento/>>. Acesso em: março de 2010

_____. Ministério da Cultura. **Execução orçamentária por programa (1995-2007)**. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/04/execucao-orcamentaria-por-programa-1995-a-2007.pdf>>. Acesso em: março de 2010

_____. Ministério da Cultura. **Orçamento 2008 - Ministério da Cultura**. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/wpcontent/uploads/2008/04/orcamento2008minc_prog.pdf>. Acesso em: março de 2010

_____. Ministério da Cultura. **Relatório Anual de Avaliação do Plano Plurianual 2008-2011 do MinC**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2009/09/cadern-setorial-2042000.pdf>>. Acesso em: março de 2010.

CHAUÍ, Marilena. **Cultura e Democracia**. Coleção Cultura é o Quê? Salvador, SECULT, 2007.

COMISSÃO NACIONAL DE PONTOS DE CULTURA. **Carta ao Fórum de Pontos de Cultura 2007**. Disponível em <<http://forumPontosdecultura.blogspot.com/2008/01/carta-da-comisso-nacional-de-pontos-de.html>> Acesso em: março de 2010.

_____. **Síntese das Cartas dos Pontos de Cultura elaboradas nos Encontros Preparatórios da Teia 2007**. Disponível em: <<http://www.teia2007.com.br/plenaria/download/5otvym02tm>> Acesso em: março de 2010.

DOUNIS, Sumaya; LABREA, Valéria; RANGEL, Antonia. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva: a tradução intercultural como metodologia. In: **Programa Cultura Viva: análises e observações**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009

GIL, Gilberto. Discurso sobre o Programa Nacional Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva. Apresentado durante o encontro com artistas em Berlim, em 02 de setembro de 2004b. Disponível In: **Caderno Cultura Viva**, 2.ª edição. Brasília: 2004.

GOMOR DOS SANTOS, Eduardo. Seminário Internacional do Programa Cultura Viva. In: **Programa Cultura Viva: análises e observações**. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

INSTITUTO PAULO FREIRE. **Síntese das Cartas aos Pontos de Cultura elaboradas nos Encontros Preparatórios da Teia 2007**. Documento entregue aos participantes do Encontro Nacional dos Pontos de Cultura realizado em Belo Horizonte/MG, em 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=11919> Acesso em: 02 de dezembro de 2009.

MARQUES, Carolina. **Pontos de Cultura da Bahia: uma análise temática sob a luz da diversidade cultural**. Monografia apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso, da Faculdade de Comunicação da UFBA. Salvador, 2009.

MONTES, Maria Lúcia. Contribuições étnicas – Identidade e Diversidade Cultural no Brasil. *In: Teia - Rede de Cultura e Cidadania*. São Paulo, Editora Cultura em Ação, 2007.

_____. Avaliação preliminar do Programa Cultura Viva do Ministério da Cultura. *In: Programa Cultura Viva: análises e observações*. Brasília: Ministério da Cultura, 2009.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática** [2004]. 2ª edição. São Paulo, Cortez, 2005

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **A imaginação a serviço do Brasil**. São Paulo, PT, 2003.

TURINO, Célio. **Ponto de Cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no Brasil: tristes tradições, enormes desafios. *In: RUBIM, Antonio Albino Canelas e BARBALHO, Alexandre. Políticas Culturais no Brasil*. Salvador: EDUFBA, 2007, pp.11-36.

_____. **Políticas Culturais do Governo Lula/Gil: Desafios e enfrentamento**. Salvador, 2007.

VILUTIS, Luana. **Cultura e Juventude: A formação dos jovens nos Pontos de Cultura**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.